

VOCÊ JÁ LEU SOBRE FRANCISCO DE OLIVEIRA? UM ESTUDO DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

HAVE YOU READ ABOUT FRANCISCO DE OLIVEIRA? A BIBLIOGRAPHIC REVIEW STUDY

¿HA LEÍDO SOBRE FRANCISCO DE OLIVEIRA? UN ESTUDIO DE REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA

Adriana Candido Gonçalves

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT)

E-mail: adrianacandido30@gmail.com

Orcid.org/0009-0002-9164-337X

Ângela Fátima da Rocha

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT)

E-mail: angela.rocha@ifmt.edu.br

Orcid.org/0000-0002-0252-0603

ABSTRACT:

This article reviews the first chapter of the book, *A era da Indeterminação* (The Age of Indeterminacy), entitled *Das Invenções à Indeterminação* (From Inventions to Indeterminacy), by sociologist Francisco de Oliveira, published in 2007. The book presents the findings of a working group that investigated the political, economic, and social implications that transformed the contemporary Brazilian scenario, especially after the 1964 military coup. The objective of this analysis is to reflect on how these transformations have impacted the organization of work, education, and relations between the state and society. In this context, we defend the importance of reading as a political act, insofar as it involves positioning, awareness, and social transformation, as Freire (1989) argues. The bibliographic research methodology enabled an exploratory study in scientific databases, such as the CAPES and SCOPUS portals, Google Scholar, the ProfEPT Observatory, and some journals that have published works on Professional and Technological Education (EPT). The search focused on publications that addressed the topic, using keywords such as “Education,” “Professional Training,” “Francisco de Oliveira,” “Work,” and “EPT.” The research identified authors who provided the basis for the discussions, such as Ramos (2014), Rodrigue (1997), Silva and Rocha (2024), and Pinheiro et al. (2024). The results indicate that reading Francisco de Oliveira is not only a political act, but also a powerful tool for interpreting and understanding reality, expanding political and cultural repertoire, and developing critical thinking.

KEYWORDS: Francisco de Oliveira, EPT, Politics and Society.

RESUMO:

Este artigo realiza uma revisão bibliográfica do primeiro capítulo da obra, *A era da Indeterminação*, intitulado *Das Invenções à Indeterminação*, do sociólogo Francisco de Oliveira, publicada em 2007. O livro é a publicização dos resultados de um grupo de trabalho que investigou as implicações políticas, econômicas e sociais que transformaram o cenário brasileiro contemporâneo, principalmente após o golpe militar de 1964. O objetivo desta análise é refletir sobre como essas transformações impactaram a organização do trabalho, educação e as relações entre Estado e sociedade. Neste contexto, defende-se a importância da leitura como um ato político, na medida que envolve posicionamento, consciência e transformação social, como instiga Freire (1989). A metodologia da pesquisa bibliográfica possibilitou um estudo exploratório em bases de dados científicos, como o portal da CAPES e SCOPUS, Google Acadêmico, Observatório ProfEPT e algumas revistas que publicaram trabalhos sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A busca concentrou-se em publicações que dialogassem com a temática abordada, utilizando-se de palavras-chave como “Educação” “Formação Profissional”, “Francisco de Oliveira”, “Trabalho” e “EPT”. A pesquisa permitiu identificar autores que fundamentaram as discussões, como Ramos (2014), Rodrigue (1997), Silva e Rocha (2024) e Pinheiro et al. (2024). Os resultados indicam que ler Francisco de Oliveira configura-se não apenas como um ato político, como também, uma ferramenta poderosa para interpretar e compreender a realidade, ampliar o repertório político e cultural e desenvolver o pensamento crítico.

PALAVRAS-CHAVE: Francisco de Oliveira, EPT, Política e Sociedade.

RESUMEN:

Este artículo realiza una revisión bibliográfica del primer capítulo de la obra *La era de la indeterminación*, titulado *De las invenciones a la indeterminación*, del sociólogo Francisco de Oliveira, publicada en 2007. El libro es la publicación de los resultados de un grupo de trabajo que investigó las implicaciones políticas, económicas y sociales que transformaron el panorama brasileño contemporáneo, principalmente después del golpe militar de 1964. El objetivo de este análisis es reflexionar sobre cómo estas transformaciones han impactado en la organización del trabajo, la educación y las relaciones entre el Estado y la sociedad. En este contexto, se defiende la importancia de la lectura como un acto político, en la medida en que implica posicionamiento, conciencia y transformación social, como instiga Freire (1989). La metodología de la investigación bibliográfica permitió realizar un estudio exploratorio en bases de datos científicas, como el portal de CAPES y SCOPUS, Google Académico, Observatório ProfEPT y algunas revistas que publicaron trabajos sobre Educación Profesional y Tecnológica (EPT). La búsqueda se centró en publicaciones que dialogaran con la temática abordada, utilizando palabras clave como «Educación», «Formación Profesional», «Francisco de Oliveira», «Trabajo» y «EPT». La investigación permitió identificar a los autores que fundamentaron los debates, como Ramos (2014), Rodrigue (1997), Silva y Rocha (2024) y Pinheiro et al. (2024). Los resultados indican que leer a Francisco de Oliveira no solo es un acto político, sino también una herramienta poderosa para interpretar y comprender la realidad, ampliar el repertorio político y cultural y desarrollar el pensamiento crítico.

PALABRAS CLAVE: Francisco de Oliveira, EPT, Política y Sociedad.

INTRODUÇÃO

A educação é um ato político, como instiga Freire (1989). Compreender essa concepção é fundamental para refletir criticamente sobre as transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas ao longo da história do Brasil. Nesse sentido, dialogar sobre as concepções hegemônicas, nas quais as classes dominantes impõem visões pedagógicas à educação, constitui um ato político, uma vez que compreender e questionar tais concepções pode abrir caminhos para um diálogo que inclui práticas educativas mais emancipatórias e transformadoras, principalmente na modalidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Nesse sentido, este artigo tem como objeto de estudo uma revisão bibliográfica do primeiro capítulo da obra de Francisco de Oliveira, intitulada *Das Invenções à Indeterminação*, do livro publicado em 2007, *‘A Era da Indeterminação’*. Essa obra é a publicação dos resultados do grupo de trabalho do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

O foco da investigação é identificar, de forma reflexiva e argumentativa, as implicações econômicas, políticas e sociais que transformaram o cenário brasileiro contemporâneo, principalmente após o golpe civil-militar de 1964. A análise busca compreender como essas

transformações impactaram a organização do trabalho, a educação e as relações entre o Estado e a sociedade

Refletir sobre esse período histórico é essencial para compreender por que, mesmo diante dos avanços no desenvolvimento econômico e das mudanças políticas ao longo das décadas, o Brasil continua marcado por profundas desigualdades sociais, concentração de renda e fragilidade democrática.

A escolha de Oliveira (2007) aconteceu por sua relevante contribuição teórica e crítica ao campo das ciências sociais, especialmente, sobre as contradições do desenvolvimento capitalista no Brasil. Além disso, a obra do autor apresenta conceitos relevantes que podem aprofundar a compreensão das transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no período analisado.

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE FRANCISCO DE OLIVEIRA

Neste tópico, serão abordados alguns conceitos que nortearam as reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo. O texto tem início com uma breve apresentação da biografia do autor e um resumo da obra que fundamenta a temática investigada, situando seu conteúdo no contexto das discussões propostas neste trabalho.

Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, “mestre da dialética”, como o define Schwarz (2003), nasceu em 1933 na capital de Pernambuco. Graduiu-se em Ciências Sociais pela antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atualmente Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no ano de 1956. Reconhecido como um dos mais importantes sociólogos brasileiros, destacou-se por suas contribuições à crítica do desenvolvimento capitalista no Brasil e à análise das transformações sociais e econômicas do país.

Ao longo de sua carreira, foi professor, pesquisador e intelectual engajado, contribuindo com uma vasta produção no campo das ciências políticas. Uma de suas obras mais discutidas, inclusive em programas televisivos como o Roda Viva, incluem os ensaios *Crítica à Razão Dualista* e *O Ornitorrinco*, publicado em 2003 em formato de livro. São textos, considerados por Schwarz (2003), como instigantes e polêmicos, pois trazem uma fina ironia crítica nas entrelinhas.

Dessa maneira, as reflexões iniciaram a partir da leitura da primeira seção do capítulo, intitulada, *Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento*, que apresenta os principais elementos teóricos importantes para a construção da análise crítica, proposta nesse trabalho.

Assim, Oliveira (2007) relata criticamente na subseção “Uma era de invenções” as transformações ocorridas no período histórico entre 1964 e 1990, marcado por uma ditadura

opressora e violenta, “tempos sombrios”, que segundo o autor, “promoveu uma aceleração na transformação das forças produtivas, elevando a média da expansão capitalista nos últimos 50 anos”.

Esse período ficou conhecido como o “milagre econômico” da era do governo civil-militar. Em seguida, o autor dialoga sobre a esperança de mudança do cenário político e econômica associado ao processo de redemocratização, impulsionado pelo fim do regime autoritário, pelos movimentos sociais e pela mobilização popular.

Oliveira (2007) destaca na segunda subseção, “Uma era de indeterminação”, um período marcado pela financeirização do capitalismo e pelas incertezas quanto à organização política do país, intensificadas pelo avanço do neoliberalismo. Esse segmento textual do autor, aponta significativas críticas ao desenvolvimento capitalista no Brasil, embasado nas transformações sociais ocorridas, como a perda da centralidade do trabalho. Ou seja, o trabalho deixa de ocupar o papel específico e determinado por meio do qual as pessoas atendem às suas necessidades individuais e coletiva, o que garante sobrevivência e constituição de relações sociais, e passa a ser regulado pelas dinâmicas do sistema capitalista

Em continuidade, a perspectiva do período do “reencantamento” político, representado pelo fim da ditadura e pela realização da primeira eleição direta para presidente e demais governantes. E ainda, teve início do processo de “desmanche” caracterizado, de acordo com o autor, pela privatização de estatais e pela consolidação da hegemonia burguesa.

Diante do resumo apresentado sobre o texto de Oliveira (2007) é importante ressaltar o quanto essa obra contribui para a compreensão das transformações políticas e econômicas que “aceleram os conflitos em curso da longa indeterminação brasileira”. Para Freire (1989) a leitura crítica permite ao leitor, compreender, interpretar, refletir e posicionar-se diante do que se lê. Nesse processo, é fundamental que o leitor perceba as relações entre o que está escrito e a realidade social, política e histórica na qual o texto está inserido. Assim, ir além da palavra escrita, significa fazer conexões entre texto e realidade e perceber a leitura como um instrumento conscientização e de transformação social. Ler é um ato político quando envolve compreender criticamente o mundo e, a partir dessa compreensão, agir para transformá-lo.

Na mesma perspectiva, Cosson (2014) em seus estudos sobre o valor da leitura, afirma que saber ler e escrever, “não torna uma pessoa mais inteligente ou mais humana, não lhe concede virtudes ou qualidades, mas lhe dá acesso a uma ferramenta poderosa, a de interpretar, construir e negociar a vida e o mundo em que vive”(Cosson, 2014, p. 33). Com efeito, o trecho destaca a compreensão de que ler e escrever é uma ferramenta, cujo o valor reside no uso que se faz dela.

Assim, o texto de Francisco de Oliveira torna-se um exercício necessário de leitura crítica sobre os acontecimentos do mundo, tanto histórico como atual, pois sua obra oferece reflexões

fundamentais para compreensão dos desafios enfrentados pela democratização brasileira e essencialmente, no que diz respeito à representação política e econômica. Esses acontecimentos afetaram a educação escolar de várias maneiras, seja por meio de políticas públicas excludentes, da precarização das condições de ensino ou da reprodução das desigualdades no ambiente escolar.

METODOLOGIA

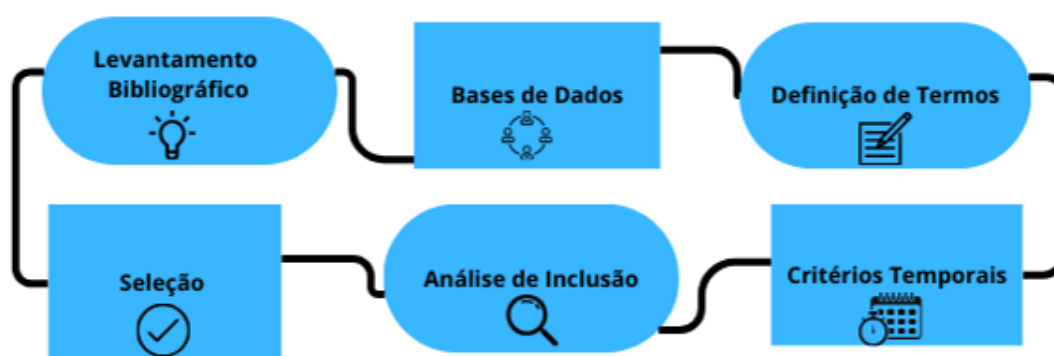
Este estudo configura-se como uma revisão bibliográfica com objetivos exploratórios, pois envolve levantamento bibliográfico. Segundo Oliveira (2014), o estudo bibliográfico apresenta como vantagem o fato de que as fontes consultadas já serem validadas e reconhecidas, no meio científico, e isso possibilita maior credibilidade à pesquisa. A escolha desse caminho metodológico aconteceu pela intenção de compreender os embates políticos e sociais que permeiam os princípios da EPT e sua relação com a formação empresarial voltada para o mundo do trabalho.

Na continuidade, como procedimentos de coleta de dados fez-se um levantamento bibliográfico de obras que possibilitassem a obtenção de informações a partir de estudos já elaborados e publicados sobre o tema analisado, conforme Gil (2002) e Marconi e Lakatos (2003). Dessa forma, com o uso da tecnologia digital de informação e comunicação, foi possível ampliar a busca em repositórios digitais de publicação, bibliotecas digitais de teses e dissertações em fim, revistas digitais.

Oliveira (2014) destaca que este tipo de pesquisa é vantajoso visto que possibilita a obtenção de dados diretamente de fontes reconhecidas no domínio científico. Segundo Gil (2002), essa modalidade oportuniza ao pesquisador conduzir uma investigação abrangente sobre o fenômeno que será abordado no eixo da pesquisa, além de contribuir para realização de estudos históricos.

Neste sentido, o processo de levantamento bibliográfico foi estruturado seguindo as etapas da Figura 1:

Figura 1 – Procedimentos de coleta de dados



Fonte: elaborada pelas autoras.

Por conseguinte, a definição das principais bases de dados e repositórios científico para a busca, deu-se pelo Portal CAPES, principal repositório nacional de periódicos científicos brasileiros e internacionais; plataforma SCOPUS, base internacional com ampla cobertura de publicações acadêmicas indexadas; Google Acadêmico, ferramenta complementar para identificação de trabalhos não indexados e Observatório ProfEPT, repositório específico dedicado à Educação Profissional e Tecnológica, concentrando pesquisas e produções acadêmicas da área. Esta fonte especializada oferece acesso direto a dissertações, teses e artigos focados especificamente na EPT brasileira.

Outras fontes digitais consultadas foram as revistas: Desafios - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, a Proficiência - Revista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Cuiabá e Educação Cultura e Sociedade - Revista da Universidade Estadual de Mato Grosso que têm trabalhos publicados sobre as bases teóricas da EPT.

Na estratégia de escolha das palavras-chave utilizou-se “Educação”, termo abrangente para capturar discussões pedagógicas gerais; “Formação Profissional”, foco específico nos processos de qualificação para o trabalho; “Francisco de Oliveira”, autor de referência da revisão bibliográfica e “Trabalho”, categoria central para análise das relações educação-trabalho.

Como marco temporal escolheu-se trabalhos publicados entre 1990 a 2025. Período de 35 anos que abrange desde a consolidação institucional da EPT até as discussões contemporâneas sobre o tema.

Após essas etapas, os critérios de inclusão, deu-se por artigos com relevância temática para o desenvolvimento desse artigo e que referenciassem Francisco de Oliveira, trabalhos com metodologia clara e consistente e dentro do marco temporal estabelecido. Ao finalizar todas as etapas foi possível selecionar 4 (quatro) trabalhos científicos, como os apresentados em ordem cronológica no Quadro 1:

Quadro 1 - Principais autores selecionados.

Autores	Temas
1-Rodrigues (1997)	Analisa o pensamento pedagógico da burguesia industrial brasileira, a partir das propostas da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
2- Ramos (2014)	Analisa a trajetória da educação básica e profissional no Brasil em articulação com o modelo de Estado e a formação social do país;
3-Silva e Rocha (2024)	Analisa o pensamento pedagógico da burguesia industrial brasileira, a partir da tese de Rodrigues (1997);
4-Pinheiro, Santos e Silva (2024)	Analisa como as dinâmicas sociais e econômicas influenciam e são influenciadas pela educação e pela formação profissional no Brasil, a partir da análise da obra "Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco", de Francisco de Oliveira.

Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

A escolha desses autores aconteceu por suas contribuições teóricas relevantes para a análise das discussões em torno da EPT, bem como, dialogam com a obra de Francisco de Oliveira.

Ao identificar as conexões entre as obras selecionadas com o tema desse artigo e com o objeto de estudo, foi possível iniciar a análise dos dados obtidos. Esse processo proporcionou a contextualização necessária para a revisão e discussão da obra, assunto para a próxima seção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O percurso para obter os dados para a análise começou com a leitura da primeira subseção do texto de Oliveira (2007) onde é possível observar a ordem linear dos fatos que culminaram na mudança de cenário econômico, político e social no Brasil. Em diálogos com essa perspectiva autores como Rodrigues (1997); Ramos (2014); Silva e Rocha (2024); Pinheiro, Santos e Silva (2024) colaboram com reflexões sobre as implicações nas relações de trabalho e o recorte para a EPT.

Para Oliveira (2007), o golpe de Estado de 1964 foi “um abalo sísmico” no sistema político brasileiro, porque, além de romper com a ordem democrática, instaurou uma ditadura que perdurou por vinte e um anos, e promoveu mudanças na configuração política e social do país.

Como a estrutura dos governos anteriores já estavam abaladas, o golpe acelerou o processo econômico e social que já estava em andamento, a transição do modelo agrário-exportador para uma economia urbana-industrial, marcada pela intensificação de uma modernização extremamente conservadora, pela centralização do poder estatal e pela repressão ao sindicalismo e movimentos sociais. Oliveira (2007) destaca o “milagre econômico” como:

Tal crescimento deslocou as forças que operavam nos marcos de um desenvolvimento capitalista comandado pelas forças internas, a burguesia nacional à frente, e subsidiado pelas forças subordinadas, sobretudo o proletariado urbano recém-ocupado na indústria, no que a literatura chamou de “populismo...” (Oliveira, 2007, p. 17)

Ramos (2014), explica que a partir de 1930 a revolução burguesa, no viés de Florestan Fernandes, instaurou no Brasil o modo de produção capitalista e no processo, a industrialização. As formas do capitalismo culminaram na formação de trabalhadores em prol da necessidade econômica e “não mais uma medida exclusivamente social, como em sua gênese”. Com a industrialização, o país precisava de trabalhadores qualificados e a educação começa a ser pensada como meio de formar mão de obra para atender o modelo capitalista. Antes disso, a educação era pensada como assistencialista, em outras palavras, voltada para integrar os mais pobres à sociedade (Ramos, 2014).

Ainda para a autora, “a história da educação no Brasil e a respectiva legislação são expostas e discutidas sempre à luz da dinâmica do desenvolvimento econômico”, em linhas gerais, o desenvolvimento histórico da educação e as leis que regulamentam o sistema educacional, é analisado levando em consideração a evolução econômica do país e a educação é vista como parte integrante dessa transformação. Existem diferentes interesses e visões sobre o modelo ideal de sociedade e isso influencia a forma na qual a educação deve ser pensada e organizada, e consequentemente, a política educacional é impactada, por disputas de como dever ser o modelo ideal.

Nesse sentido, é possível observar ao longo da leitura do texto de Oliveira (2007) como a lógica do capital se infiltrou, por meio da burguesia nacional, que comandou decisões e o proletariado. O sociólogo evidencia o papel da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que promovia o desenvolvimentismo ‘kubistchekiano’, através da ideologia burguesa de que era necessário formar trabalhadores para atenderem a demanda do mercado de trabalho. A burguesia nacional era um dos grupos hegemônicos no projeto de desenvolvimento do Brasil, especialmente, durante o período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que priorizava a industrialização.

A CNI foi fundada em 1938 e se constituiu, “como o mais importante órgão de representação da burguesia brasileira”, de acordo com Rodrigues (1997). O sistema é composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), e pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) que ao longo dos anos assumiu a formação profissional, saúde e o lazer de milhões de trabalhadores brasileiros sob a égide do pensamento pedagógico da burguesia industrial

Na mesma perspectiva, Silva e Rocha (2024) relatam que o pensamento pedagógico da CNI baseou-se inicialmente no contexto de acumulação fordista. O trabalhador não precisava ter conhecimento, bastava saber ler e escrever o básico para trabalharem na linha de produção. Tratava-se de um sistema de produção em que o produto se movia continuamente ao longo de uma esteira ou linha de trabalho. Cada trabalhador exercia uma tarefa, específica e repetitiva, e não era necessário que tivessem muita formação. Assim, a partir de 1960 “sob o lema educação para o trabalho”:

Para a educação popular, a CNI defende, além da alfabetização de toda a população, a sua capacitação para aprender a aprender. Quanto ao ensino primário, a CNI propõe a elevação qualitativa do mesmo, eliminando a repetência e a evasão escolar. No tocante ao nível médio, a entidade promulga um ensino voltado prioritariamente para a formação de técnicos. Finalmente, para o ensino superior, a CNI aponta como meta a flexibilidade, com prioridade voltada para o campo tecnológico, como o ensino técnico, em sintonia fina com o mercado de trabalho e estreita colaboração com as empresas. (Rodrigues, 1997, pg. 143)

O período da Nova República instituiu a redemocratização, inicialmente, comandada ainda pelo governo civil-militar, visto que a ruptura demorou aproximadamente quase uma década para acontecer. A ideia era reconduzir o país em um processo democrático, forma gradativa, segura e com a percepção, por parte da população, do desenvolvimento econômico. Os primeiros sinais da ruptura desse processo foram as medidas para afrouxar a censura e liberação parcial de atividades políticas e a ruptura total aconteceu em 1984 com o movimento do “Diretas Já”.

Mas, segundo Oliveira (2007) quando se analisa com efeito, não foi exatamente uma ruptura, foi um longo processo, que passou por uma intensa transformação econômica, política e social. Durante a ditadura, o Brasil passou por um processo de modernização econômica, industrialização acelerada, migração urbana e mudanças significativas nas classes sociais, como o crescimento de trabalhadores urbanos e da classe média industrial.

Também surgiram novos movimentos sociais, novos partidos políticos, sindicatos independentes e lideranças civis, no campo das ciências sociais, cultura, literatura, cinema e outros, que foram ganhando força no final do regime militar e pavimentaram o caminho da

redemocratização. A Nova República representava a tentativa de reconstrução democrática após um longo período de autoritarismo.

No período da redemocratização, apesar das contradições, crises e retrocessos, foi um marco na luta por participação política, direitos humanos e justiça social, enfim um período marcado por “poderosas invenções políticas”, com o surgimento do sindicalismo “autêntico”, como enfatiza Oliveira (2007), referindo-se ao surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), à constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Esses movimentos buscavam representar de maneira genuína os interesses da classe trabalhadora, diferente da Era Vargas, no qual os sindicatos eram atrelados ao governo, pois recebiam apoio financeiro do governo e assim, tinham o seu papel de luta por igualdade social, limitados.

Como se procura mostrar, no campo da educação o início do processo da redemocratização foi marcado pela reforma de 1971, por meio da Lei nº 5.692 de 11 de agosto. A Lei determinou que o ensino secundário, equivalente ao ensino médio, deveria incluir uma formação profissional obrigatória, significa, que os estudantes deveriam finalizar o ciclo escolar com alguma habilitação técnica profissionalizante, além da formação geral.

Ramos (2014) diz que a reforma de 1971 tentou transformar a educação secundária em formação técnica voltada ao mercado de trabalho, obedecendo ao plano de governo, baseado em uma lógica capitalista e economicista. O objetivo era atender à economia, formar trabalhadores para atender as indústrias e não garantir o acesso à universidade. Contudo, na prática, muitos estudantes usaram o ensino técnico como um caminho para tentar entrar no ensino superior, o que contradiz o propósito da reforma, que era justamente conter esse acesso.

Para a autora, as reformas educacionais dos anos 70 “fizeram parte do mito da economia planificada”, ou seja, as reformas na educação não foram apenas pedagógicas, mas também, econômicas e eram usadas como discurso político. O governo controlava fortemente a economia, com ações autoritárias para promover o crescimento acelerado, assim, foram criadas medidas econômicas, I e II Plano Nacional do Desenvolvimento (PNDs) que incluíam grandes investimentos em infraestrutura, indústria e educação, visto que, o Brasil precisava de mão de obra qualificada. A educação, nesse sentido, era vista como ferramenta para acelerar esse crescimento, formando trabalhadores mais preparados (Ramos, 2014).

O Estado teve papel central nessa preparação, pois o objetivo era modernizar a nação, para que pudesse competir com outras, industrializadas, isso exigia reformas que preparassem a economia, como também, em termos de formação para o trabalho. Assim, “as políticas se

delinearam com a intenção de criar condições para o país enfrentar a competição econômica e tecnológica moderna” (Ramos,2014, p.31).

Além disso, o Estado mostrava-se preocupado em formar trabalhadores qualificados, motivado pela necessidade de ocupar os novos empregos que seriam gerados pelo desenvolvimento industrial e tecnológico. Apesar disso, havia uma divisão social na formação profissional, para a maioria da população, principalmente, as mais pobres.

Era ofertado uma educação rápida e básica, voltada para trabalhos simples e mecânico, ou seja, para atender as necessidades imediatas da indústria. Outra minoria, era formada com mais qualificação técnica para atuarem como supervisores ou orientadores dos trabalhadores, agindo como representantes da empresa. Ao mesmo tempo, as elites sociais continuavam a ter acesso à educação propedêutica, ou seja, uma formação teórica, ampla e preparatória para o ensino superior, garantindo a continuidade de seus privilégios e posições de liderança na sociedade.

A era da indeterminação, ou financeirização do capitalismo, foi o processo pelo qual o capital financeiro assume papel central na economia, influenciando diretamente as decisões políticas e subordina o Estado aos interesses das economias líderes (Oliveira,2007). Isso significa, que em vez de a produção e o trabalho estarem no centro da economia, os interesses, dos bancos, investidores e especuladores financeiros passaram a ditar as regras, condicionando toda a estrutura econômica, inclusive a industrial e trabalhista.

A acumulação de capital nas economias líderes do desenvolvimento capitalista havia gestado um processo técnico que elevou a produtividade do trabalho a níveis tão elevados que, de fato, parecia que o consumo de trabalho vivo de uma parte ponderável da força de trabalho começava a ser irrelevante: uma “massa marginal”, não relevante para a acumulação de capital. (Oliveira, 2007, p. 25).

Os efeitos dessa configuração econômica também se expressam no campo da educação. A leitura e interpretação do texto de Oliveira (2007) revela que a hegemonia do capital financeiro, exige um novo tipo de trabalhador, flexível e que exerce múltiplas funções, a educação, neste sentido, tende a ser cada vez mais tratada como mercadoria, pautada por uma lógica de excelência de desempenho em várias funções, rentabilidade para o empregador e decisões centrada no conhecimento técnico.

A valorização do ensino enquanto instrumento de formação crítica e emancipatória é substituída por modelos voltados à formação de força de trabalho barata e adaptável às exigências do mercado. Nesse contexto, políticas educacionais perdem seu caráter social e passam a atender aos interesses econômicos, como exemplo da CNI, que subordina o conhecimento às demandas imediatas do capital, comprometendo a função pública, democrática e transformadora da educação.

De acordo com os estudos históricos sobre a formação da EPT no Brasil, Pinheiro et al. (2024) relatam que a organização inicial, o cenário não foi diferente, visto que, buscava atender às demandas do mercado de trabalho por meio da mão de obra qualificada. Contudo, a partir da promulgação do Decreto nº 5.154 (Brasil, 2004), que estabeleceu importantes diretrizes para a organização da modalidade, como a formação técnica e a formação geral, em termos mais claros, a articulação do ensino técnico ao ensino médio. Com isso, a oferta da EPT passou a ser oferecida de maneira integrada, concomitante e subsequente, ou seja:

A oferta de forma concomitante acontece para quem já concluiu o ensino fundamental ou está cursando o ensino médio. Nesse caso, pode ocorrer em instituições distintas e obrigatoriamente com duas matrículas diferentes. A oferta de forma subsequente acontece somente para quem já concluiu o ensino médio. A oferta de forma integrada acontece para quem já concluiu o ensino fundamental ou está cursando o ensino médio. Nesse caso, sendo na mesma instituição de ensino e com uma única matrícula. (Pinheiro et al., 2024)

Atualmente, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) oferecem a integrada, articulando trabalho e educação na perspectiva da formação humana integral. Conforme Ramos (2014), essa proposta parte da “concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos”. Nesta perspectiva, o trabalho não é compreendido somente como fonte de riqueza ou mera preparação para o mundo do trabalho, mas como elemento constitutivo da educação humana integral.

Assim a formação humana não é apenas aprender conteúdos escolares ou habilidades para exercer determinada profissão, mas proporcionar às pessoas, jovens e adultos, uma formação ampla e integral. Essa formação deve possibilitar a leitura de mundo, a participação ativa na vida política e social, além de “compreender as relações subjacentes”, ou seja, como as estruturas e dinâmicas sociais sustentam e influenciam fenômenos como desigualdades, relações de poder e interesses econômicos e outros (Ramos, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste artigo, buscou-se analisar, por meio da revisão bibliográfica, as implicações econômicas, políticas e sociais que transformaram o cenário brasileiro contemporâneo. É importante ressaltar o período histórico em que Oliveira (2003) realiza suas contribuições teóricas, pois ocorreram mudanças políticas significativas, como as fases do “milagre econômico” e da “redemocratização” que impactaram a organização do trabalho, educação e as relações entre a sociedade e o Estado.

Compreender como o modo de produção capitalista influenciou a organização social e a estrutura educacional nacional, é de suma importância para repensar práticas sociais que resistam a lógica de exclusão e promova uma educação emancipadora, crítica e voltada para a educação

humana integral. De acordo com Oliveira (2003) “reconhecer o mostrengo social que nos tornamos”, parece ser o primeiro passo.

Portanto, ler Francisco de Oliveira constitui um ato de resistência e conscientização, pois possibilita compreender as narrativas contraditória dos processos históricos ou “invenções políticas” e indeterminações que aconteceram, principalmente, após o período civil-militar e dessa forma, ressignificar a leitura desses acontecimentos e ampliar a capacidade crítica para analisar a realidade contemporânea.

Agradecimentos

Aos professores Dr. Geison Jader de Melo e Dr. Thiago Fernandes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 5.692*, de 11 agosto de 1971. Revogada pela Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92 Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. *Decreto no 5.154*, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 23 jun.2025.

COSSON, Hildo. *Círculos de leitura e letramento literário*. São Paulo: Contexto,2014.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 1 jul. 2025.

PINHEIRO, Jarel Oliveira; SANTOS, Reginaldo Hugo Szezupior dos; SILVA, Juliana Saragiotto. A educação profissional e tecnológica no Brasil: uma análise crítica da dualidade econômica e social. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, [s. l.], v. 14, n. 2 (Especial), p. 92–103, 27 dez. 2024. DOI 10.30681/ecs.v14i2. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/12922>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, Odilson Sebastião; ROCHA, Ângela Fátima da. Da CNI ao sistema “s” - o pensamento hegemônico da Confederação Nacional da Indústria. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, [s. l.], v. 14, n. 2 (Especial), p. 104–112, 27 dez. 2024. DOI 10.30681/ecs.v14i2. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/12921>. Acesso em: 15 jul. 2025.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*, 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista e O Ornitorrinco*. São Paulo. Boi Tempo, 2003.

OLIVEIRA, F. Cibele Rizek (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo. Cibele Rizek (orgs), p. 15–45, 2007.

OLIVEIRA, Maria Marly. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. *História e política da educação profissional*. [S. l.]: Instituto Federal do Paraná, 2014. v. 4, (1ª edição). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

RODRIGUES, José dos Santos. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Tese de doutorado em Educação apresentada na área de concentração Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo: 1997.